

17.01.2010

Cinco funcionários para o mesmo lugar

As promoções no Ministério da Justiça (MJ), e a colocação de certos funcionários em serviços de maior relevância profissional, "carecem de alguma transparência", afirma o Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ), recordando, entre outros exemplos, que para a 1.^a secção do 1.º juízo do tribunal de Elvas, para um só lugar no quadro foram nomeados cinco oficiais de justiça no último movimento.

"A gestão de recursos humanos, nomeadamente a movimentação de funcionários, quer seja através dos movimentos ordinários e extraordinários, bem como comissões de serviço, destacamentos e afins, tem permitido que se infira alguma falta de transparência e uma gritante injustiça", assegura o SOJ em ofício enviado ao MJ e ao qual o DN teve acesso.

Um dos exemplos surgiu este ano no tribunal de Elvas. Tratando-se de um só lugar de quadro, foram nomeados para a 1.^a secção do 1.º juízo cinco oficiais de justiça, sendo que só um vai ficar com o lugar e os restantes vão continuar em comissões de serviço.

Ainda segundo Carlos Almeida, presidente do SOJ, os secretários de justiça dos Departamentos de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa e do Porto ocupam os respectivos cargos sem terem frequentado o curso necessário.

"Tem sido prática constante que alguns lugares ficam por preencher havendo candidatos que cumprem os requisitos necessários, mas que apenas são colocados a concurso quando posteriormente aparecem certas pessoas com aqueles requisitos". Por isso, o SOJ exige que o departamento de recursos humanos da DGAJ seja sindicado.